

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

O PERFIL DAS TRABALHADORAS DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) BRASILEIROS: ENLACE GÊNERO E COR

Adriana de Andrade Mesquita¹Rita de Cássia Santos Freitas²Daniel de Souza Campos³Jussara Francisca de Assis dos Santos⁴Paula Paiva de Carvalho⁵

RESUMO

A grande presença de mulheres trabalhadoras no cotidiano das Políticas de Assistência Social, sobretudo nos CRAS, aponta a necessidade da compreensão do contexto histórico e social do trabalho feminino no Brasil. O presente artigo reflete a predominância das trabalhadoras nos CRAS enquanto processo de continuidade histórica e social da realidade brasileira, uma vez que a oferta dos serviços, benefícios, projetos e programas da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) são executados majoritariamente por mulheres. Utilizamos a base de dados do Censo SUAS (2021) e pesquisa bibliográfica, documental, engenharia e análise de dados. Os dados apontam que existe uma aceitação acrítica da lógica de gênero no interior das políticas sociais brasileiras, bem como uma grande invisibilidade das questões étnico/raciais demonstrada pela falta de dados acerca dessa dimensão. Essas reflexões vão ao encontro da discussão que envolve o entrelaçamento das categorias como cuidado, responsabilidade coletiva e divisão sexual e racial do trabalho.

Palavras-chave: CRAS. Trabalhadoras. Cuidado.

ABSTRACT

The large presence of working women in the daily life of Social Assistance Policies, especially in the CRAS, points to the need to understand the historical and social context of women's work in Brazil. This article reflects the predominance of workers in the CRAS as a process of historical and social continuity of the Brazilian reality, since the provision of services, benefits, projects and programs of the National Social Assistance Policy (PNAS) are carried out mostly by women. We used the SUAS Census database (2021) and bibliographical, documentary, engineering and data analysis research. The data indicate that there is an uncritical acceptance of

¹ Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); Doutora; adriana.mesquisa@ufop.edu.br

² Universidade Federal Fluminense (UFF); Pós-doutora; ritacsfreitas13@gmail.com

³ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Doutor; d.campos@ess.ufrj.br

⁴ Universidade Federal Fluminense (UFF); Doutora; jussaraassis@id.uff.br

⁵ Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); Discente de graduação; paula.pc@aluno.ufop.edu.br

PROMOÇÃO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



the logic of gender within Brazilian social policies, as well as a great invisibility of ethnic/racial issues demonstrated by the lack of data about this dimension. These reflections are in line with the discussion that involves the interweaving of categories such as care, collective responsibility and sexual and racial division of labor.

Keywords: CRAS. Working Women. Careful.

1 INTRODUÇÃO

Os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) são unidades públicas que executam serviços de proteção social básica, da rede de serviços socioassistenciais locais da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), destinadas às famílias e indivíduos em seu contexto comunitário (BRASIL, 2005, p. 35). A Proteção Social Básica objetiva a prevenção de situações de risco e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. No que tange ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), é definido como:

[...] uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF. Dada sua capilaridade nos territórios, se caracteriza como a principal porta de entrada do SUAS, ou seja, é uma unidade que possibilita o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social de assistência social. (BRASIL, 2009, p.9)

Geralmente, diversos estudos focam suas análises na questão da matricialidade sociofamiliar, na centralidade da família na Política de Assistência Social. Todavia, ao analisarmos dados do Censo SUAS - CRAS/RH, no ano de 2021, verificamos que as mulheres também são maioria enquanto trabalhadoras desses equipamentos. Com base nisso, podemos afirmar que, de um lado, temos as famílias - neste caso, lugar das mulheres negras, de baixa renda, chefes de famílias - ocupando um lugar central e privilegiado nas ações da Política de Assistência Social; de outro lado, temos as mulheres como as principais executoras/gestoras dos serviços, benefícios, projetos e programas da Política de Assistência Social – sinalizando um enlace onde mulheres cuidam de outras mulheres. Isso despertou

PROMOÇÃO



APOIO



nosso interesse para uma análise mais aprofundada sobre profissões em que a prática do cuidado predomina².

Nessa perspectiva, deve-se considerar que a inserção da mulher como sujeito de atenção da política de assistência deve ser compreendida como uma estratégia ideopolítica e econômica do Estado, na medida em que se constitui em um meio de racionalizar e focalizar programas sociais e iniciativas que deveriam ser públicas e universais.

Dentre as diversas políticas da área social, compreendemos que a Assistência Social, ao buscar a garantia de direitos e condições dignas de vida no cotidiano dos sujeitos, tem o "cuidado" como fundamento. Essa dimensão é destacada por Faleiros (2013, p. 84) ao afirmar que "cuidar, no contexto do Estado de direito e da democracia, significa assegurar a autonomia, reverter as discriminações, desenvolver a autoestima, incluir sujeitos em serviços e direitos", numa perspectiva humanizadora. Por outro lado, também não podemos esquecer que, quando falamos de profissões baseadas no "cuidado" nos referimos àquelas exercidas em sua grande maioria por mulheres (HIRATA, 2010; PASSOS, 2017; PERROT, 1991; FREITAS et al, 2023).

Diante disso, o presente artigo tem como objetivo refletir sobre a predominância das mulheres trabalhadoras³ nos CRAS, no Brasil, enquanto processo de continuidade histórica e social da realidade brasileira, uma vez que a oferta dos serviços, benefícios, projetos e programas da Política Nacional da Assistência Social (PNAS) são executados, majoritariamente, por mulheres. Uma autora "clássica" nestes estudos Helena Hirata afirma que:

[...] as responsabilidades tradicionais das mulheres pela educação das crianças estruturam mercados de trabalho que são desvantajosos para as mulheres, resultando em um poder desigual no mercado econômico, que,

² Para uma leitura mais aprofundada ver Hirata (2010 e 2016) que analisa a divisão sexual do trabalho e do care. Ver também Passos (2017) e Passos e Nogueira (2018) aprofundando a dimensão racial presente neste debate.

³ Ao falar de mulheres trabalhadoras deve-se destacar o entendimento do conceito de trabalho envolvendo o trabalho profissional e doméstico, formal e informal, remunerado e não remunerado (HIRATA, 2010). Tal entendimento sinaliza a importância da análise das condições de gênero e raça/etnia para o conhecimento dos diferentes sujeitos. A dimensão da interseccionalidade deve ser destacada por possibilitar o entendimento dos diversos marcadores sociais e a construção de políticas públicas (COLLINS e BILGE, 2020).



por sua vez, reforça e exacerba o poder desigual na família (HIRATA, 2010, p. 01).

Para alcance do objetivo proposto, utilizamos a base de dados quantitativos do Censo SUAS, a partir dos formulários eletrônicos preenchidos pelas Secretarias e Conselhos de Assistência Social dos Estados e Municípios, do ano de 2021. Assim sendo, houve a apropriação das metodologias de pesquisa bibliográfica, documental, engenharia de dados e análise de dados.

Desse modo, o artigo encontra-se organizado da seguinte forma: em primeiro lugar, realizamos uma breve análise da relação entre mulheres trabalhadoras e a efetivação das ações de caridade e filantropia e da assistência social no Brasil; em seguida, analisamos a questão da predominância das mulheres trabalhadoras nos Centros de Referência da Assistência Social brasileiros; e, por fim, tecemos algumas considerações finais.

2 MULHERES TRABALHADORAS X ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA – UMA TRADIÇÃO HISTÓRICA

Para se entender a predominância de mulheres trabalhadoras no cotidiano das Políticas de Assistência Social, sobretudo nos CRAS, tem-se como necessária a compreensão do contexto histórico e social do trabalho feminino relacionado às ações do privado, do doméstico, do cuidado. Conforme Martins (2015), a bondade, a capacidade fazer bem ao outro e a virtude “sem gênero” foram sendo cada vez mais associada ao feminino. Nesse cenário, a realidade da inserção das mulheres no ambiente público das associações benemerentes em virtude do aumento das expressões da “questão social”, na Europa, entre os séculos XVIII e XIX, é o ponto de partida para esse entendimento.

O século XVIII marcou uma clara distinção entre público e privado. O público tornou-se coisa do Estado e o privado da família. A Revolução Francesa acentuou “a definição das esferas pública e privada, valoriza a família, diferencia os papéis sexuais estabelecendo uma oposição entre homens políticos e mulheres



domésticas” (PERROT, 2009, p. 14). Já no contexto da Era das Luzes os sentimentos de bondade e de solidariedade ganharam relativa importância no imaginário social o que levou a abertura do mundo público para as mulheres (MARTINS, 2015). O apelo emocional foi fundamental para que mulheres de classe média utilizassem de argumentos de ordem moral e religiosos para o seu ingresso nas ações voltadas para a questão social, já reconhecida publicamente nesse período. Como explica Martins (2015, p.19):

Nas sociedades e nas sensibilidades burguesas que se constituíram em torno da forte separação ideológica entre o mundo do lar e dos sentimentos e o mundo público e da racionalidade pragmática, as mulheres não só eram consideradas naturalmente mais talhadas para fazer o bem e prestar cuidados aos necessitados, como também tinham mais tempo livre para organizar associações benemerentes, angariar recursos para as boas obras, incentivar outras mulheres para fazer o trabalho voluntário, atender e assistir os necessitados [...].

Sob essa lógica, as mulheres começaram a tecer críticas ao movimento Iluminista para defesa de suas capacidades morais e se apropriaram da religião como incentivo ao fortalecimento da caridade pautada na fé. Ou seja, características do feminino tornaram possível a participação de mulheres de classe média e da aristocracia europeia em associações filantrópicas.

Segundo Perrot (1991), na Europa, os homens do século XIX tentaram conter o poder crescente das mulheres, em especial com a Revolução Francesa e na Era Iluminista, a partir de uma divisão sexual do “mundo” de forma a conciliar as diferenças naturais com a utilidade social, em que as mulheres deveriam ser excluídas do mundo público. No entanto,

As mulheres souberam apoderar-se dos espaços que lhes eram deixados ou confiados para alargar a sua influência até às portas do poder. Aí encontraram os rudimentos de uma cultura, matriz de uma ‘consciência de gênero’. Tentaram também ‘sair’ daí para terem, ‘finalmente, lugar em toda parte’ (PERROT; 1991, p. 503)⁴.

No Brasil, estudos reconhecem a importância da participação das mulheres em entidades filantrópicas no início do século XX.

⁴ Podemos adensar a reflexão desta autora ao sinalizar que, especialmente no Brasil, a participação das mulheres negras e pobres significou também uma maior diferenciação social e a quebra dos lugares socialmente construídos a partir de visões de gênero e raça – aspecto não desenvolvido por Perrot neste texto.

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Esperava-se socialmente que as mulheres de elite contribuíssem com as obras de benemerência não só pela justiça das causas que abraçavam, mas porque se considerava, tanto do ponto de vista moral e religioso quanto do ponto de vista dos sentimentos cívicos, que as mulheres seriam mais adequadas para organizar as obras sociais, cuidar dos necessitados que as buscavam e convencer até os mais empedernidos corações a dispender doações em dinheiro ou em espécie a fim de contribuir com a harmonia social (MARTINS, 2018, p. 309).

Dessa forma, houve o reconhecimento do trabalho feminino nas obras de benemerência (caritativas e filantrópicas). Ações essas reconhecidas como lugar de mulheres por estarem relacionadas à esfera do cuidado, do doméstico. Todavia, essa participação era tida como “secundária, subalterna, voltada, sobretudo, para o levantamento de fundos através de festas mundanas e considera a criação e a direção das entidades, bem como as propostas norteadoras, ditadas pelos interesses masculinos e de classe” (MOTT, 2001, p. 201). Mas significou também, como apontam Freitas, Lole e Almeida (2023), a possibilidade de inserção profissional reconhecida para muitas mulheres de diferentes camadas sociais. A participação das mulheres negras, por exemplo, na constituição do Serviço Social é destacada por Freitas et al (2018).

Esse movimento de aproximação das mulheres com a prática do cuidado – se avançarmos no tempo – pode ser relacionado ao fato de que a oferta dos serviços, benefícios, projetos e programas da Política Nacional da Assistência Social são ofertados, majoritariamente, por mulheres trabalhadoras. Estamos afirmando que, atualmente, a influência no imaginário social ainda é marcada pela ideia de que o cuidado e a assistência ao outro são competências femininas. Logo, a assistência social tem uma forte relação com as ações consideradas do cuidado. Segundo Faleiros (2013, p. 84), o cuidado:

[...] está associada ao *care*, que historicamente se vincula à atenção, à necessidade do outro e também a uma consideração ética das relações humanas. Ao mesmo tempo, tem-se uma relação de gênero, pois o cuidado real e simbólico se refere à condição de mulher em sua vida concreta e ao trabalho privado de preocupação com o alguém, de educação, apoio e assistência.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Ou seja, o cuidado tem uma relação direta com o trabalho feminino, da esfera privada, com profissões que são consideradas como de mulheres, desvalorizadas socialmente, como é o caso do Serviço Social, Enfermagem, Pedagogia. Profissões essas que historicamente eram associadas ao voluntariado, à doação pessoal. Isso implica uma análise mais aprofundada da complexa relação que existe entre profissionais – família – público – e contexto institucional nas relações que são dinâmicas e complexas do sistema do capitalismo dependente brasileiro.

3 A PREDOMINÂNCIA DAS MULHERES TRABALHADORAS NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIROS

Os dados que iremos analisar a seguir são resultados parciais do projeto de pesquisa intitulado “A (Re)Configuração da Política de Assistência Social Brasileira na cena Contemporânea”⁵ cujo objetivo central é analisar a configuração institucional da política de assistência social brasileira diante da atual conjuntura de retração de direitos na área social. No desenvolvimento da pesquisa, os dados acerca das trabalhadoras dos CRAS nos despertaram o desejo de aprofundar essa reflexão e a isso nos dedicaremos a seguir.

A expansão do número de equipamentos do CRAS é fato marcante no Brasil. O período que vai de 2004 a 2011⁶ marca o crescimento expressivo do número de CRAS: foram implementados cerca de 84% de equipamentos, ou seja mais de 7.175 CRAS. No ano de 2021, havia cerca de 8.471 CRAS no Brasil, distribuídos pelas cinco regiões brasileiras da seguinte forma: em primeiro lugar, a região Sudeste possui 2.958 CRAS, cerca de 51.4% dos totais dos equipamentos; em seguida, a região Nordeste com 2.696 Centros de Referência, ou seja 25.9% dos CRAS no Brasil; depois, temos a região Sul com 1.549 (9.3%) equipamentos; a região Norte tem 641 (7.4%) Centros; e, por fim, a região Centro-Oeste com 627

⁵ Coordenado pela professora Adriana Mesquita envolvendo pesquisadoras e pesquisadores de diferentes universidades, como a UFOP, UFF, UFRJ.

⁶ Marcado pela criação da Política Nacional de Assistência Social (2004).

PROMOÇÃO

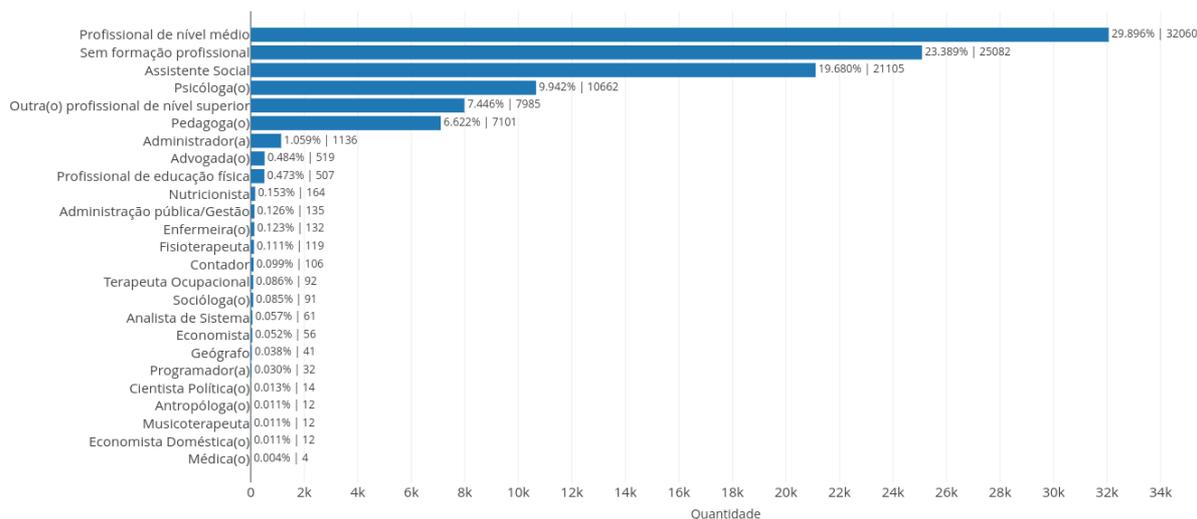


APOIO

(5.6%). Uma questão de destaque é que as regiões Sudeste e Nordeste são as que possuem o maior número de equipamentos no país. Temos como hipótese que o maior número de equipamentos nessas regiões está diretamente relacionado a contingência populacional e as expressões da desigualdade social que essas regiões enfrentam.

Conforme o gráfico 1, podemos observar que trabalham cerca de 107.240 profissionais nos diversos CRAS, no Brasil, com as mais diversas formações e vínculos profissionais. Logo, há uma pluralidade de formações profissionais nesses Centros. O maior número é de profissionais de nível médio que totalizam 32.060 profissionais ou 29,9%. O segundo maior número é de profissionais sem formação, que chegam a 25.082 ou 23,39%. Nos chamou atenção a particularidade da região Nordeste, pois do total de 44.268 profissionais, 52,22% (ou 16.744) são de nível médio e 38% (ou 9.541) sem formação profissional.

Gráfico 1 – Total de Profissionais por Formação: Brasil, 2021

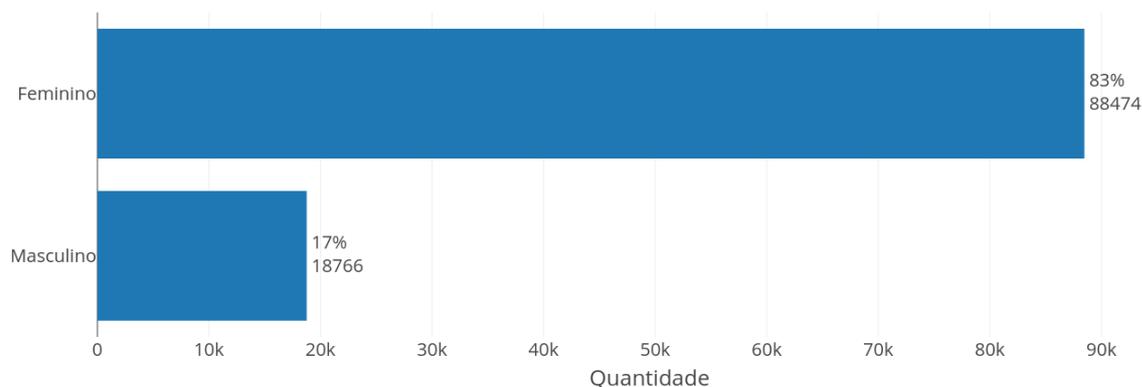


Fonte: Pesquisa direta (2022) com dados do site Censo SUAS/MDS.

Com base no gráfico 2, verificamos que as profissionais do sexo feminino fazem parte da maioria da equipe técnica nos CRAS, no Brasil. Do total de 107.240

profissionais que trabalham nos diversos CRAS brasileiros, 88.474 são mulheres trabalhadoras e apenas 18.766 homens. Estamos falando que 82,5% da força de trabalho são mulheres. Isso aponta para o lugar que estas ocupam na assistência social, espaço esse, historicamente, feminino configurado a partir da divisão social e sexual do trabalho, como já afirmamos. Não podemos esquecer o fato de que as dimensões do cuidado – e, conseqüentemente, das profissões ligadas ao cuidado – são socialmente reconhecidas como um espaço de mulheres. Neste sentido, não temos como desvincular a discussão da assistência das profissões majoritariamente femininas das reflexões acerca das relações de gênero (FREITAS et all, 2018; LOLE, 2018; KLEBA LISBOA, 2010) – que pretendemos aprofundar posteriormente em outros trabalhos.

Gráfico 2 – Sexo das/os Trabalhadoras/os dos CRAS: Brasil, 2021

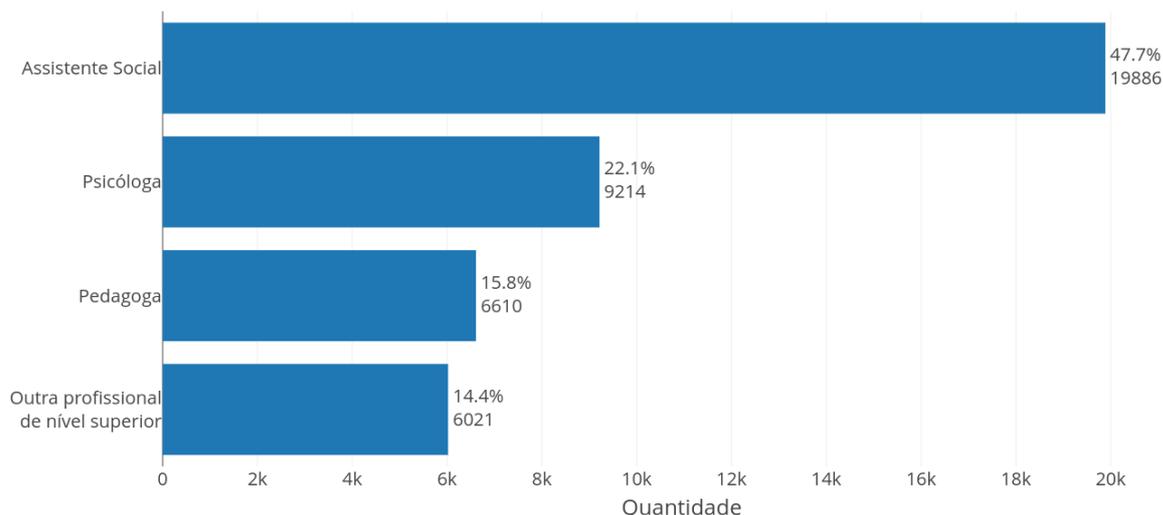


Fonte: Pesquisa direta (2022) com dados do site Censo SUAS/MDS.

Outro dado relevante é que entre as profissões de nível superior, destacam-se: 21.105 profissionais são formadas/os em Serviço Social, 10.662 são em Psicologia, 7.985 são de outras profissões de nível superior⁷ e ainda 7.101 em Pedagogia. Profissões que historicamente estão atreladas a presença expressiva de mulheres (Gráfico 3). Números que comprovam o predomínio do Serviço Social nesta política – o que é esperado.

⁷ Não houve identificação da formação destes profissionais.

Gráfico 3 – Profissões de nível superior nos CRAS: Brasil, 2021

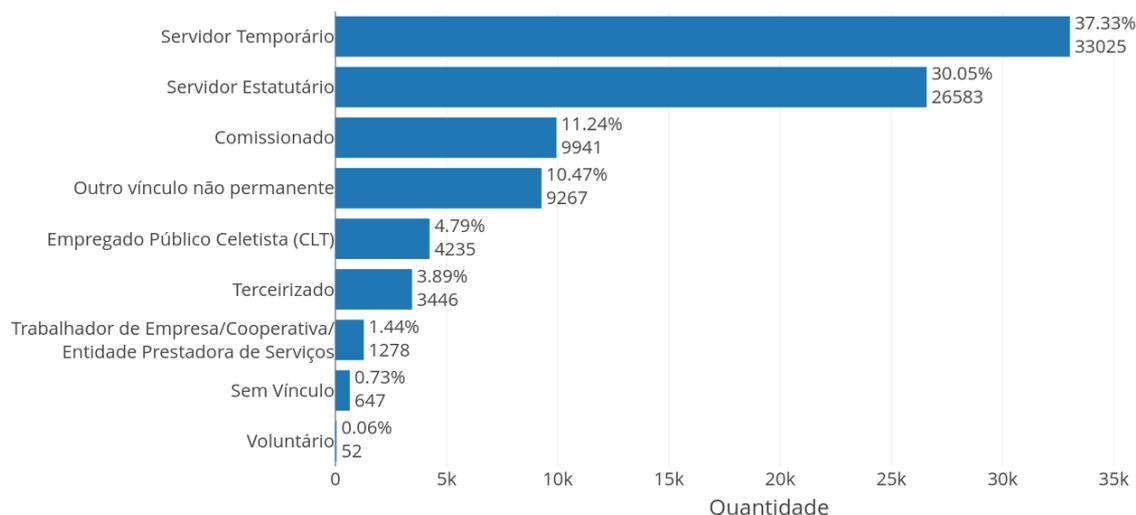


Fonte: Pesquisa direta (2022) com dados do site Censo SUAS/MDS.

Destacamos que cerca de 94,22% de assistentes sociais são do sexo feminino e 5,78% do sexo masculino. A predominância feminina na profissão é uma marca histórica que se mantém até os dias atuais. A pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Serviço Social e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CFESS-CRESS, 2022), realizada em todo o território brasileiro, revelou que do universo total pesquisado, 41.083 profissionais (92,92%), se identificam com o gênero feminino-

A correlação entre gênero e vínculo empregatício também traz informações relevantes para análise. O tipo de vínculo empregatício das funcionárias dos CRAS é bastante diversificado (Gráfico 4). Podemos verificar que, do total das trabalhadoras, 37,33% são servidoras temporárias, seguindo por 30,05% de servidoras estatutárias, 11,24% comissionada, 10,47% outros vínculos não permanentes, 4,79% celetista, 3,89% terceirizadas e por fim 1,44% trabalhadoras de empresa/cooperativa/entidade prestadora de serviços.

Gráfico 4 – Vínculo empregatício das trabalhadoras do CRAS: Brasil, 2021



Fonte: Pesquisa direta (2022) com dados do site Censo SUAS/MDS.

Essa variedade de vínculos empregatícios aponta para o processo de flexibilização do trabalho e dos direitos no atual cenário de reestruturação produtiva e das políticas neoliberais. Isso afeta diretamente as trabalhadoras – notadamente mulheres negras e pobres – pelas condições de insegurança, formas precárias de sua contratação, pelos baixos salários e de suas condições física e mental em seu cotidiano profissional. Como colocado por Raichelis (2011, p. 421),

[...] em um contexto societário de transformações no trabalho de tal monta, marcado pela retração e, mesmo, pela erosão do trabalho contratado e regulamentado, bem como dos direitos sociais e trabalhistas, ampliam-se também as relações entre trabalho e adoecimento, repercutindo na saúde física e mental dos trabalhadores, nas formas de objetivação e subjetivação do trabalho.

Isso é ainda mais evidente ao tratarmos do trabalho feminino. Fernanda Paz (2015) analisa a precariedade dos vínculos de trabalho da/os profissionais da Política de Assistência Social e aponta que não se pode restringir apenas aos vínculos empregatícios. Outros fatores contribuem para esta precarização, como baixos salários, falta de condições materiais e instalações adequadas, alta rotatividade dos profissionais, recursos humanos insuficientes e pouco qualificados,

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



ausência de capacitação continuada, entre outros fatores. Mas poucas dessas autoras discutem o fato de que se trata de profissões historicamente ligadas às mulheres, bem como ignoram o componente racial presente. O fenômeno da terceirização e a divisão sociosexual e racial do trabalho é analisado por Passos e Nogueira (2018) que demonstram os rebatimentos da terceirização no cotidiano das mulheres negras, considerando que a sociedade brasileira está assentada no racismo, no patriarcado e no colonialismo.

Algo que nos chamou atenção foi a ausência de dados acerca da dimensão raça/cor/etnia no Censo SUAS 2021. Estes fatores se mostram fundamentais para a articulação às dimensões de gênero e classe ao considerar o perfil de trabalhadoras/es desta política. De acordo com o IBGE (2022), pessoas pretas e pardas compõe 56% da população brasileira. O mesmo instituto revela que, em 2021, “com ensino superior completo ou mais, as pessoas brancas ganharam, em média, 50% a mais do que as de cor ou raça preta e cerca de 40% a mais do que as pardas” (IBGE, 2022, p.04). As mulheres negras e indígenas, historicamente, tem sido fundamentais para a construção do país em termos econômicos, políticos, sociais e culturais. Desta feita, a presença da identificação étnico-racial no Censo SUAS se faz urgente para melhor compreensão das particularidades que envolvem trabalhadoras negras e indígenas. Numa perspectiva interseccional, ressalta-se, também, que a inclusão da pertença religiosa no Censo SUAS pode tornar a análise mais completa pelo fato de demonstrar aspectos da pretensa laicidade do Estado, considerando a importância da liberdade religiosa, tanto para as trabalhadoras do SUAS quanto para a população que acessa a referida política.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política de assistência social passou por transformações em sua forma de gestão e financiamento e, por isso, tem sido alvo de diversas pesquisas, sobretudo pela particularidade que tem no eixo das políticas sociais públicas brasileiras. No

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

cerne destas transformações é extremamente importante compreendermos a necessidade do aprofundamento de discussões sobre o lugar das mulheres nesta política, seja na interface da atuação profissional como mediadora do acesso aos direitos da população atendida ou como usuárias que das políticas sociais necessitam.

E é interessante notar que as relações de gênero, quando abordadas nesta política, ganham mais adensamento e destaque quando tecem análises sobre as mulheres atendidas do que o seu inter cruzamento com as que a executam, que teimam em passar ao largo, quando não citadas apenas de forma pontual.

Essa análise exploratória apontou que existe uma aceitação completa da lógica de gênero no interior das políticas sociais brasileiras. Essa reflexão vem ao encontro da discussão que envolve o entrelaçamento e a naturalização das categorias cuidado como responsabilidade coletiva e divisão sexual racial do trabalho na política de assistência social.

Nossa análise aqui deu ênfase as diversas trabalhadoras que atuam nos CRAS. Mas considerando a predominância das mulheres assistentes sociais cabe lembrar, neste momento, a afirmação de Iamamoto (2012) de que essa situação faz da questão de gênero um dos elementos primordiais capazes de decifrar o trabalho profissional da assistente social. Da mesma forma, nos permite refletir acerca do mercado e das condições de trabalho nos CRAS, bem como a problematização da histórica imagem social da profissão.

Neste sentido, cumpre refletir junto com Freitas, Lole e Almeida (2018) acerca da necessidade de pensarmos o Serviço Social como parte da história das mulheres e, no caso deste texto, pensar as profissões do cuidado como igualmente parte da história das mulheres, das diversas mulheres.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004**. Brasília, 2005.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas Centro de Referência da Assistência Social – CRAS**. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretária Nacional de Assistência Social. Boletim Vigilância Socioassistencial. **Mulheres no SUAS**. Brasília, 2018.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional**. Brasília, 2022.

COLLINS, Patricia Hill e BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**, São Paulo: Boitempo, 2020.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Desafios de cuidar em Serviço Social: uma perspectiva crítica**. Florianópolis: R. Katál, v.16, n.esp., p.83-91, 2013.

FREITAS, Rita de Cássia Santos *et al.* **História do Serviço Social – resgatando uma história de mulheres**. Em Pauta, Rio de Janeiro, 2018.

FREITAS, Rita; LOLE, Ana e ALMEIDA, Carla. “Por uma história do gênero e dos feminismos no Serviço Social”, **sexualidades & Serviço social: perspectivas críticas, interseccionais e profissionais** (org. Marco José de Oliveira Duarte et al), Juiz de Fora, MG: Editora UFJF, 2023.

GONZALEZ, L. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: GONZALEZ, L. Primavera para as rosas negras. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

HIRATA, Helena. “**Subjetividade e sexualidade no trabalho de cuidado**”, Cadernos Pagu (46), janeiro-abril de 2016:151-163.

HIRATA, Helena. **Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho Tecnologia e Sociedade**, vol. 6, núm. 11, julho-diciembre, pp. 1-7 Universidade Tecnológica Federal do Paraná Curitiba, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 7 ed., 2012.

IBGE. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**, 2ª ed. In: Estudos e Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 48. Brasília: IBGE, 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972_informativo.pdf

KLEBA LISBOA, Teresa. **Gênero, feminismo e Serviço Social: encontros e desencontros ao longo da história da profissão**. **Katálisis**, Florianópolis, v.13, n. 1, 2010.

PROMOÇÃO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

LOLE, A. **Os indícios de gênero na formação e organização do Serviço Social.** In: LOLE, A.; CORGOZINHO, K. D. S. (Org.). *Gênero e aborto: aportes para uma interlocução necessária com o Serviço Social.* Rio de Janeiro: Letra Capital, p. 17-50, 2018.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **A feminilização da filantropia.** Niterói: GÊNERO, v.15, n.2, p. 13 – 28, 2015.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **O método da assistência:** o encontro de mulheres profissionais e filantropas na criação e organização do Serviço de Obras Sociais (SOS) na cidade do Rio de Janeiro na década de 1930. Niterói: Tempo, v.24, n.2, 2018.

MOTT, Maria Lúcia. **Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930-1945).** Campinas-SP: Cadernos Pagu (16), p. 199-235, 2001.

PASSOS, Rachel Gouveia e NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **“O fenômeno da terceirização e a divisão sociosexual e racial do trabalho”**, Revista Katályses, v. 21, n. 3, pp. 484-503, Florianópolis, 2018.

PASSOS, Rachel Gouveia. **“De escravas a cuidadoras”:** invisibilidade e subalternidade das mulheres negras na política de saúde mental brasileira. *O Social em Questão*, vol. 20, núm. 38, pp. 77-94. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro Brasil, 2017.

PAZ, Fernanda Alves Ribeiro. **“A precarização no trabalho do assistente social na Política de Assistência Social”.** Trabalho apresentado na VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas, Maranhão, 2015.

PERROT, M. Sair. In: PERROT, M.; DUBY, G. (Org.). **História das mulheres no ocidente.** Porto: Ed. Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1991.

PERROT, Michelle. **Outrora, em outro lugar.** In: **História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra** (org. PERROT, Michelle). 1-ª reimpressão. São Paulo- SP: Editora Schwarcz Ltda, 2009.

RAICHELIS, Raquel. **“O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos”**, Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 107, p. 420-437, jul./set. 2011.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência.** São Paulo: Brasiliense, 1991.

PROMOÇÃO

